

REPÚBLICA DE BRASIL  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MACAÉ

LEI Nº 278 DE 2006

A Câmara Municipal de Macaé, no uso de suas atribuições, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com a finalidade de promover a preservação ambiental e a sustentabilidade do Município de Macaé, bem como a educação ambiental da população em geral.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente terá a seguinte composição:

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GOVERNADOR DO MUNICÍPIO: Luiz Carlos de Castro

2006

IVANILTON MENEZES BANDEIRA  
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ  
Câmara Municipal

LEI Nº 278 DE 2006

Esta Lei cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com a finalidade de promover a preservação ambiental e a sustentabilidade do Município de Macaé, bem como a educação ambiental da população em geral.

Art. 1º - Esta Lei cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com a finalidade de promover a preservação ambiental e a sustentabilidade do Município de Macaé, bem como a educação ambiental da população em geral.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente terá a seguinte composição:

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ  
Câmara Municipal

LEI Nº 278 DE 2006

Esta Lei cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com a finalidade de promover a preservação ambiental e a sustentabilidade do Município de Macaé, bem como a educação ambiental da população em geral.

Art. 1º - Esta Lei cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com a finalidade de promover a preservação ambiental e a sustentabilidade do Município de Macaé, bem como a educação ambiental da população em geral.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente terá a seguinte composição:

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ  
Câmara Municipal

LEI Nº 278 DE 2006

Esta Lei cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com a finalidade de promover a preservação ambiental e a sustentabilidade do Município de Macaé, bem como a educação ambiental da população em geral.

Art. 1º - Esta Lei cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com a finalidade de promover a preservação ambiental e a sustentabilidade do Município de Macaé, bem como a educação ambiental da população em geral.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente terá a seguinte composição:

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ  
Câmara Municipal

LEI Nº 278 DE 2006

Esta Lei cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com a finalidade de promover a preservação ambiental e a sustentabilidade do Município de Macaé, bem como a educação ambiental da população em geral.

Art. 1º - Esta Lei cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com a finalidade de promover a preservação ambiental e a sustentabilidade do Município de Macaé, bem como a educação ambiental da população em geral.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente terá a seguinte composição:

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ  
Câmara Municipal

LEI Nº 278 DE 2006

Esta Lei cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com a finalidade de promover a preservação ambiental e a sustentabilidade do Município de Macaé, bem como a educação ambiental da população em geral.

Art. 1º - Esta Lei cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com a finalidade de promover a preservação ambiental e a sustentabilidade do Município de Macaé, bem como a educação ambiental da população em geral.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente terá a seguinte composição:

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.